

LEI COMPLEMENTAR Nº 495, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

(Projeto de Lei Complementar nº 016/2025, de autoria da Chefe do Poder Executivo)

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR IMÓVEL DE SUA PROPRIEDADE, MEDIANTE PROCEDIMENTO DE LEILÃO, E A VINCULAR OS RECURSOS FINANCEIROS OBTIDOS PARA A AQUISIÇÃO DE GLEBA DE TERRAS DESTINADA À IMPLANTAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL INTELIGENTE DE LAVRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Lavras, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, no estrito interesse público e visando à otimização da gestão do patrimônio municipal para fomento do desenvolvimento econômico local, autorizado a promover a alienação onerosa da seguinte gleba de terras de sua propriedade:

"Uma gleba de terras de uso predominantemente agropastoril, com área de 2.165.088,59 m² (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitenta e oito metros quadrados e cinquenta e nove decímetros quadrados), equivalente a 216,5088 hectares (duzentos e dezesseis hectares, cinquenta ares e oitenta e oito centiares), localizada na região denominada "Farias", parte da Fazenda Vargem Grande, no Município de Lavras, Estado de Minas Gerais, registrada sob a Matrícula nº 18.564 no Cartório de Registro de Imóveis de Lavras/MG."

§ 1º A alienação de que trata o caput deste artigo será realizada mediante procedimento de Leilão, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, ou legislação superveniente aplicável, do tipo "Maior Oferta", observados os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e competitividade.

§ 2º Para fins de realização do Leilão, o imóvel descrito no *caput* deste artigo foi devidamente avaliado, por órgão técnico municipal competente, servindo o valor apurado como preço mínimo para o certame.

§ 3º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a adotar todas as medidas administrativas e legais necessárias para a efetivação da alienação, incluindo, se for o caso, a gestão de eventuais rescisões de instrumentos jurídicos pré-existentes que recaiam sobre o imóvel, assegurando a transparência e a legalidade em todas as etapas do processo.

Art. 2º Os recursos financeiros arrecadados com a alienação do imóvel terão destinação preferencial para a implantação do Distrito Industrial Inteligente, localizado às margens da Rodovia Fernão Dias, ou em área estratégica que se mostre mais adequada para tal finalidade, conforme estudos técnicos e de viabilidade a serem realizados pelo Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal deverá garantir a segregação e o controle orçamentário-financeiro desses recursos, assegurando a estrita observância da destinação vinculada e a ampla publicidade dos atos de sua aplicação, em conformidade com as normas de finanças públicas.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal regulamentará, no que couber, os procedimentos complementares necessários para a fiel execução desta Lei.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 362, de 20 de abril de 2017, no que se refere à Concessão de Direito Real de Uso do imóvel descrito no art. 1º desta Lei, para que não haja conflito de finalidades e de uso do bem público.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lavras, em 17 de novembro de 2025.

JUSSARA MENICUCCI DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal